

## **FRANCISCO – A VIDA NO CREPÚSCULO: LAUDO, IMPLANTE COCLEAR, SURDEZ E ESCOLA**

Eduardo de Campos Garcia<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem como intenção provocar a reflexão crítica para a usabilidade da palavra surdez. Para tanto, apresenta um breve histórico de suas dimensões cultural e médica e narra a história de Francisco, um menino diagnosticado com surdez, embora tenha sido submetido ao implante coclear. Por uma questão de método, a fundamentação para alguns relatos e descrições apresentadas neste trabalho tem como base a observação, pelo período de 6 meses, do desenvolvimento de um menino de sete anos, com implante coclear, matriculado numa escola bilíngue na cidade de São Paulo.

**Palavras chave:** Surdez, Laudo, Escola Bilíngue.

### **FRANCISO - LIFE AT TWILIGHT: REPORT, COCHLEAR IMPLANT, DEAFNESS AND SCHOOL**

**Abstract:** This essay intends to provoke a critical reflection on the usability of the word deafness. For that, it presents a brief history of its cultural and medical dimensions and tells the story of Francisco, a boy diagnosed with deafness, although he was submitted to the cochlear implant. As a method, the basis for some reports and descriptions presented in this study are the observations, for a period of 6 months, of the development of a 7-year-old boy with a cochlear implant enrolled in a bilingual school in the São Paulo city.

**Key words:** Deafness, Report, Bilingual School.

### **FRANCISO - LA VIDA EN EL CREPÚSCULO: INFORME, IMPLANTE COCLEAR, SORDERA Y ESCUELA**

**Resumen:** Este ensayo pretende provocar una reflexión crítica sobre la utilidad de la palabra sordera. Para eso, presenta una breve historia de sus dimensiones culturales y médicas y cuenta la historia de Francisco, un niño diagnosticado de sordera, aunque fue sometido al implante coclear. Como método, la base de algunos informes y descripciones presentadas en este estudio es la observación, durante un período de 6 meses, del desarrollo de un niño de 7 años con un implante coclear inscrito en una escuela bilingüe en la ciudad de São Paulo.

**Palabras clave:** Sordera, Informe, Escuela Bilingüe.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Arte e História da Cultura. Professor do Ensino Superior da UNINOVE.

## **Identidade: condição e laudo**

Desde o final do século XX, inúmeros pesquisadores problematizaram os significados atribuídos, historicamente, à deficiência. Entre os argumentos para a problematização, como explica Campos-Garcia (2015), está a relação que se estabelece entre a palavra deficiência e o conceito de déficit. Ser deficiente, para a medicina ocidental, sempre foi indicativo de falta, seja em nível fisiológico ou seja em nível anatômico. Não obstante, foi desse contexto que nasceu a concepção de anormalidade. Nesse cenário, a pessoa surda, em função do laudo da surdez, pertenceu durante todo o século XX ao seletivo grupo dos anormais. Surdez indica anormalidade, constata a deficiência no ouvido.

A recusa, por parte de alguns autores, do uso da palavra deficiência como meio de adjetivação da condição humana tem como alicerce o fato da designação, muito além da falta e do déficit, recuperar o sentido de corpo patológico. A patologia, entre tantos outros fatores, é condição médica para atestar a anormalidade. E esse fator se torna cíclico: anormalidade, surdez, deficiência. O próprio Canguilhem (2009) já havia abordado, em seu livro *O normal e o patológico*, que doença é aquilo que se aplica ao acometimento da saúde em função de um agente externo ao corpo – vírus, bactéria, protozoários; já a patologia é identificada tendo como referência a fisiologia ou a anatomia humana. Assim sendo, a patologia funciona como identidade que justifica a anormalidade. Atua como meio de definição do déficit. Portanto, essa é a função da surdez enquanto palavra: ela nomina a patologia.

Numa proposta socioantropológica, em oposição ao conceito de deficiência, patologia e anormalidade, entra em cena a concepção de diferença, sendo essa postulada como sugestão de diversidade humana. Mas essa “nova” configuração salva a pessoa da condição patológica? Considerar os surdos “diferentes” funciona como meio de escape, o descola da condição de pessoa com deficiência? Infelizmente, não. E isso requer atenção.

Embora a socioantropologia retire a condição da pessoa das interpretações biológicas, e sua natureza esteja pautada numa perspectiva cultural, isso não resolve muita coisa. Bauman (2005), em uma de suas publicações sobre identidade, faz menção à diferença como subclasse social, sendo ela formada por um grupo de pessoas rejeitadas em algum momento da história. Derrida (1930-2004) explica que a diferença é sempre

calculada de modo negativo, tendo como base uma matriz/modelo que, aos poucos, vai se desqualificando.

O pensamento de Bauman e Derrida é um convite para refletirmos a condição da pessoa surda e seu *locus* na história do ocidente, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Seja como deficiente ou seja como diferente, ambos os termos, quando recuperam a surdez como elemento fundante da pessoa que não ouve, não rompem com a concepção de patologia. Surdez é, nos termos propostos por Canguilhem (*Op. Cit.*), quando descreve a natureza da saúde, uma patologia que aflige a orelha, o sistema auditivo, o sistema vestibular. Denuncia o ouvido que não funciona direito, possui déficit, a fisiologia acometida por algum mal, indício de anatomia deficitária. Não foi à toa que Mazzota, ao falar da escola, disse que as crianças com deficiências, entre elas as crianças surdas – entendidas como subcategoria da identidade ouvinte –, foram educadas até 1996, por serem abandonadas pelo Estado, sob a responsabilidade de instituições filantrópicas (2011). Se para Bauman (*Op. Cit.*) a diferença consiste no abandono, os surdos viveram essa condição durante décadas em função da surdez – patologia do ouvido.

Aliás, o conceito de patologia aplicado ao corpo é antigo. Desde o Congresso de Milão (1880), a pessoa surda sofreu rejeições referentes a sua forma de produzir linguagem, foi afastada da escola regular, tolhida de formação acadêmica e proibida de ingressar no mercado de trabalho, porque era concebida como anormal. Nos termos da lei, o surdo foi configurado, já no início do século XX, como inválido e compreendido, durante décadas, como deficiente mental, em decorrência da sua condição patológica. Crianças surdas eram, quase sempre, quando não oralizavam, diagnosticadas como retardadas; afinal, por meio do diagnóstico médico, o fato de não ouvir impedia as trocas simbólicas socialmente organizadas. Para justificar os atrasos cognitivos, a medicina colocou em circulação os termos de classificação: distúrbio da linguagem, surdo-mudo, mudez e surdez. Para se ter ideia dos perigos de classificar certo grupo de pessoas como patológico, em nível de currículo, segundo Skliar (2011), a escola se ancorava na sugestão de que a surdez afetava a faculdade mental, não se restringindo a possíveis dificuldades na aquisição da oralidade. O surdo trazia consigo, em função de sua natureza, déficits cognitivos.

Entretanto, é significativo compreender que “surdez” foi um termo criado pela medicina para designar os males da orelha. Em nível de documento, um dos registros mais antigos sobre a surdez, de modo sistematizado, foi escrito pelo Dr. Jean Marc

Gaspard Itard, data de 1821, e foi intitulado como *Traité des maladies de l'oreille et de l'audition*. Antes disso, havia especulações, mas permaneciam na ordem da credence, do popular, do *mithôs* sobre o surdo. Não quero descartar os registros de Diderot, quando escreveu *A carta sobre os surdos-mudos endereçada àqueles que ouvem e falam*, mas esse propunha uma reflexão filosófica sobre o tema. Já o Dr. Itard ofereceu ao ocidente uma descrição médico-empírica; ele registra a surdez como patologia dando a ela o estatuto de objeto manipulável.

O fato é que o conceito de patologia sobre a pessoa surda atravessou o tempo e permaneceu ativo até a contemporaneidade. Sobre o que foi explicitado, é importante ressaltar que somente em 2002, por meio da lei 10.436, a pessoa surda, no Brasil, retoma seu direito à linguagem e começa a buscar seu lugar na sociedade: escolas, universidades, mercado de trabalho. Ainda que de modo pálido, os surdos, em grande maioria, estão engajados na luta para fazer seus direitos serem colocados em prática. Tentam romper com seu passado sombrio e doloroso. Não obstante, ainda que existam leis que garantam os direitos da pessoa; a surdez, como marca patológica inventada pela medicina, permanece pungente no século XXI e atua na identificação da mulher e do homem surdo: A surdez, como declara Campos-Garcia (2019), ainda que afirme e faça referência à condição patológica, foi naturalizada como meio de identificação e condição da pessoa surda.

Todavia, há de se questionar a mistura entre os sentidos de pessoa surda e pessoa com surdez. O primeiro interpreta a condição como algo cultural; o segundo imprime na pessoa uma condição patológica. Numa compreensão ética, surdo e surdez se chocam, são divergentes e não deveriam significar a mesma pessoa, ainda que, num outro cenário, por meio do conceito da surdez, que se mantém naturalizado e atuante, a pessoa surda venha sendo submetida, em pleno século XXI, a experimentações de ordem médica.

A ambição da medicina de erradicar a surdez busca modos e meios para atualizar uma história cujo início ocorreu no século XIX. Por meio das atuais prescrições da medicina, entre elas novos medicamentos, aparelhos de uso externo de última geração e o implante coclear, é possível dizer que o *Traité des maladies de l'oreille et de l'audition* foi sendo atualizado, ainda que numa outra roupagem, durante os séculos XX e XXI.

No território clínico, as atualizações permitem que, em pleno tempo atual, laudos médicos identifiquem a surdez como uma das patologias a serem erradicadas por meio de tecnologias variadas. Não obstante, a medicina conseguiu uma justificativa moral para

que o corpo da pessoa surda fosse reparado por meio de tecnologias intraorgânicas. Na medida em que a surdez permanece ativa como meio de identificação, seu laudo permite que técnicas e meios invasivos tentem sanar o problema. Como disse Moulin (2009), para a medicina do século XXI, tudo o que for possível para melhorar o corpo deve ser testado sem medição das consequências. É nesse cenário, ressequido por vozes do passado, que o laudo da surdez ganha força e sentido. Ele coloca a pessoa na condição de objeto experimentável, a submete à vulnerabilidade e lhe tira parte de sua autonomia própria e constitutiva. O laudo define.

### **Francisco: A vida no crepúsculo**

É num contexto de reabilitação terapêutica, reparação do déficit e tentativa de erradicação da surdez que Francisco, personagem deste artigo, ganha vida e visibilidade. Francisco é uma pessoa que ficou surda cujos pais optaram pelo implante coclear, mas que permanece surda porque o aparelho intraorgânico não correspondeu às expectativas médicas. A criança, mesmo após o implante coclear e a sua submissão à terapia da palavra, não ouve e não oraliza. Em alguns momentos, Francisco balbucia, apesar de sua idade de sete anos. Embora implantado, Francisco recebeu, de seu otorrinolaringologista e seu fonoaudiólogo, o laudo de surdez e, ambos, recomendaram à família que o menino aprendesse LIBRAS. Do ponto de vista clínico, a criança, seu organismo, não se adaptou à tecnologia intraorgânica. Francisco representa um dos inúmeros casos de implante coclear que não deu certo, em que não houve resposta orgânica significativa, cujo corpo acoplado numa máquina recusou a funcionalidade híbrida. Para Francisco, o implante coclear é obsoleto. Pelos motivos apresentados, é possível dizer que Francisco vive no crepúsculo: não é surdo “natural”, tampouco um ciborgue de ouvido biônico, mas também não é ouvinte. Quem é Francisco?

No contexto que se apresenta, Francisco é um menino que traz em seu corpo identidades vulneráveis a flutuações, uma criança que vive certa confusão de fronteiras. Isso ocorre porque, a priori, o menino foi diagnosticado com surdez (laudo médico), encaminhado para o implante coclear com a intenção de ouvir e falar oralmente, o que o tornaria um ciborgue de ouvido biônico e, como narrado por Skliar (2011), um hipotético adulto ouvinte, mas que permanece, após o implante coclear não ter atendido às expectativas médicas, com surdez. Francisco traz consigo o laudo da surdez. Talvez essa

seja a única marca estética que o defina. Por meio dela, a medicina permite que Francisco pertença a certo grupo social formado por todos aqueles que, secularmente, são e estão acometidos pela surdez: surdos, deficientes auditivos, pessoas com implante coclear.

Francisco, de modo crítico, pode ser compreendido como um ciborgue quebrado que não pode escapar dessa condição pela falta de possibilidade da medicina de reverter a sua situação (o implante coclear ainda é irreversível). O que sobra como meio de entendimento sobre Francisco não são respostas, mas uma reflexão: quem é Francisco no jogo da identidade e da diferença?

Na relação que se estabelece, Francisco é um sujeito formado pelos discursos de poder que o cercam, vive vulnerável às inúmeras narrativas que o constituem. Ao fazer uma análise ainda que superficial, é possível pensar que a surdez se estabelece como único vínculo identitário que aproxima Francisco das pessoas surdas e das pessoas com implante coclear. Contudo, sua semelhança é resultado da artificialidade clínica, de sua forma de impor as interpretações biológicas como verdades indissolúveis; sua semelhança é proveniente do laudo. Como disse Silva (2011), às vezes são necessários, como meio de sustentação da identidade, a invenção de elos estéticos que, sem eles, não haveria possibilidade de comparação entre os sujeitos.

No fundo, entre medicina e socioantropologia, entre família e escola, o menino vive no território das subjetivações. Forças externas atuam sobre Francisco eviscerando sua condição como pessoa. O crepúsculo, esse espaço indefinido e aberto, permite que, aos poucos, as subjetivações façam de Francisco uma pessoa vulnerável ao que pensam sobre ele na escola, na família e na medicina. Sua infância foi definida pelo desejo de outrem que, pelo poder exercido sobre seu corpo, definiu sua anatomia, fisiologia e suas diferenças sociais.

### **Escola e Laudo**

Não obstante, após observar a fala de alguns professores de uma escola bilíngue na cidade de São Paulo pelo período de seis meses, quando se trata de crianças com laudo de surdez, o termo diferença foi aplicado em quase todas as reuniões de trabalho pedagógico. Era comum que os professores e coordenação pedagógica fizessem a seguinte afirmação: “o surdo é diferente e não deficiente”, “o surdo tem uma identidade formada por meio da linguagem e não uma patologia”. “O surdo precisa aprender Libras,

seja ele implantado ou não”.

No monólogo que se apresenta, é possível problematizar a condição de Francisco na medida em que, pelas circunstâncias, embora sua condição corporal seja outra, o discurso o coloca no espaço para pessoas surdas (com surdez). A “diferença”, como proposta pelos professores da escola bilíngue, não acolhe Francisco porque, embora exista boa vontade por parte da equipe, o sistema, quase sempre envelhecido e burro, impõe limites a possíveis avanços. Apesar disso, o ponto crítico tem como referência uma realidade que reporta a pessoa ao século XIX: se Francisco tivesse apresentado avanços na oralidade e audição por meio do implante coclear, a escola bilíngue para surdos, em São Paulo, não seria seu espaço. Afinal, como relatado pelo supervisor de ensino responsável pela escola, não há ingresso numa escola bilíngue para surdos na cidade de São Paulo se não houver laudo que determine a necessidade de sua matrícula.

Nessas condições, o laudo compõe uma das identidades de Francisco porque determina o seu direito à vaga escolar. O laudo da surdez determina a necessidade, em nível educacional, aos recursos existentes numa sala ou escola bilíngue para surdos. Portanto, como pode uma escola ser pautada numa proposta antropológica se uma de suas exigências é a marca patológica da surdez? Qual a intenção, de algumas políticas públicas, por detrás do laudo da surdez?

Assim, a diferença como condição social, embora pareça uma evolução no campo das “palavras”, não passa de uma outra forma de identificar a minoria, os excluídos, a deficiência, a falta, o déficit, os ciborgues quebrados. Ainda que de modo implícito, quando o laudo é prioritariamente mais importante que a manifestação do desejo humano, o conceito de anormalidade vive. Isso é um problema de caráter ético.

Em função de tudo que foi delineado até o momento, é significativo apontar que nos registros escolares de Francisco não consta, tampouco há alguma menção sobre o fato da criança ter acoplado em seu corpo, como parte de seu corpo, como órgão biocompatível que o constitui, o implante coclear. O fato é que Francisco, embora seja uma criança implantada, por motivos de rejeição e não adaptabilidade ao aparelho intraorgânico que lhe foi implantado, não faz uso do processador de fala (aparelho externo que se comunica com o aparelho interno para processar o som). Por isso, a criança é interpretada pelos seus professores como pessoa surda; clinicamente, como pessoa com surdez.

Francisco, embora implantado, não desenvolveu a fala na modalidade oral. Como



informado pelo supervisor de ensino e pela coordenadora pedagógica da escola, Francisco foi matriculado na escola bilíngue porque teve alta da fonoaudióloga, que, em função do não avanço nas terapias de fala na modalidade oral, recomendou tardiamente o uso da LIBRAS como meio para desenvolver sua habilidade verbal. Nesse cenário, ainda que possa ser considerado uma ocorrência atípica pela medicina, Francisco é uma criança surda implantada que vivência a surdez como marca constitutiva de sua identidade. Como dizem seus professores: “uma criança laudada”.

Embora pareça repetitivo, de modo crítico, é coerente propor que o ingresso de Francisco numa escola bilíngue para surdos precisou do aval clínico para que sua matrícula fosse requisitada. Nesse sentido, é necessário repensar o papel pedagógico da escola na medida em que, por imposições burocráticas, laudos definem pessoas. No caso do menino Francisco, a escola bilíngue funcionou como uma das prescrições médicas, na medida em que foi recomendada pela fonoaudióloga após as tentativas, frustradas, de oralização. O movimento circular que atua sobre Francisco, família – medicina – escola, é formado pelas constatações clínicas: criança com surdez e por isso surdo; criança surda em fase de recuperação/adaptação auditiva por meio do implante coclear provocando, em nível de expectativa, uma possível transição entre o estado de surdez para o desenvolvimento auditivo; por insucesso e inadaptabilidade ao implante coclear, Francisco, ainda que implantado, recebe laudo de surdez retornando à condição de pessoa surda.

Da intenção de saída do universo da surdez ao retorno à surdez, Francisco passa parte de sua vida à mercê daquilo que o laudo médico indicou sobre ele. Seu corpo, a grosso modo, como narrado por Le Breton (2013), é uma bricolagem, tanto na esfera cultural quanto na esfera clínica.

Na vida escolar de Francisco, o puramente pedagógico deu lugar às análises clínicas, discursos médicos e à pedagogia ortopédica. Forças opostas disputam a certeza e a razão sobre a importância da LIBRAS para o surdo e a possibilidade de erradicação da surdez por meio da tecnologia intraorgânica. Francisco, ainda que ambas as partes não percebam, é objeto de pesquisa e discursos variados. Entre essas ocorrências, não obstante, é possível perceber que a mãe de Francisco, após o implante coclear, acreditou na possibilidade de desenvolvimento da oralidade a partir do empenho de seu filho nas terapias com a fonoaudióloga. Nesse cenário, não somente acreditou na possibilidade de “recuperação” de Francisco, como permitiu que a tecnologia biocompatível alterasse o



comportamento fisiológico de seu filho.

Como explicitado pela coordenadora pedagógica em uma entrevista, a mãe de Francisco aguardou a alta médica da fonoaudióloga para dar início à educação bilíngue – LIBRAS/Língua Portuguesa -; acreditava que, por meio do implante coclear, a criança, gradativamente, se adaptaria à condição de ouvinte e faria uso da Língua Portuguesa na modalidade oral de modo constante. Segundo informações da coordenadora, somente após “alta médica” é que a mãe de Francisco buscou a escola bilíngue para crianças surdas. Nesse caso, tanto a escola quanto a família parecem se afastar do “puramente pedagógico” em função do poder de controle que a medicina exerce, desde o século XIX, na sociedade. Não cabe aqui uma crítica à escola porque seus atores deixam claro a insatisfação sobre o modo “clínico” como a Secretaria da Educação da cidade de São Paulo trata a gestão escolar. Constantemente são necessários cursos com fonoaudiólogos e otorrinolaringologistas e psicólogos, assim como apresentação de relatórios para equipe interdisciplinar e médica. O laudo define o direito e o querer. Nesse sistema, o puramente pedagógico se esvai.

### **Puramente pedagógico**

Quando falo sobre o “puramente pedagógico”, a intenção é propor pensar numa escola que desconstrói o sentido de “surdez” e se sustenta tendo como base a concepção de cultura surda, povo surdo, LIBRAS e uma didática da imagem. Ainda que a escola bilíngue pertença à uma certa “cartografia” do surdo, desconstruir os sentidos atribuídos pela patologia “surdez” se faz necessário para que existam avanços no que tange a uma pedagogia para a pessoa surda. Sem laudo de surdez não há necessidade de reparação; elas cessariam. Isso daria espaço a uma concepção puramente cultural. A surdez precisa ser problematizada, e seu registro deveria ter reserva em museus; não há espaço, em pleno século XXI, para que seu sentido patológico permaneça identificando corpos, garantindo vagas, marcando pessoas.

A pedagogia para pessoa surda, ou pedagogia da Imagem, tem como base a potencialidade da pessoa por meio de sua forma de ver, sentir e entender o mundo à sua volta, sem a necessidade de afirmações pejorativas de déficit, deficiência, distúrbio, anormalidade, laudos médicos e subordinação à alta médica mediante insucesso terapêutico e corpo patológico. É a pedagogia pela pedagogia, comprometida com a

formação da pessoa. O sentido de “puramente pedagógico” dá autonomia à escola e desvincula a educação de surdos do poder médico-clínico. Afinal, laudo não define personalidade, e não se deve confundir identidade e autonomia com sintoma e patologia.

### **Considerações finais**

Para entender a que se propõe este artigo, nas considerações finais, penso ser significativo resgatar algumas cenas de dois filmes: *Como estrelas na Terra: toda criança é especial* (Índia, 2007) e *E Seu nome é Jonas* (EUA, 1979). No filme *Como estrelas na Terra*, o personagem principal que apresenta o sintoma de dislexia, em inúmeras vezes é marcada pela família e escola como preguiçoso, desatento e nervoso. Contudo, muitas das características apresentadas pelo personagem são desencadeamentos em função da dislexia, pela qual Isha encontra dificuldade de estabelecer uma relação social avaliada como positiva com seus pais, professores e colegas. Os atributos direcionados ao menino, embora sejam avaliados como traços de sua identidade, são sintomas de sua dislexia. Para elencar alguns de seus sintomas: Ishaan não escreve, não lê, vê letras dançando sobre a folha, não obedece a frases imperativas e quase sempre fica isolado. O que não se percebe é que Ishaan, pai, mãe e professores operam o cognitivo de modo diversificado. Ninguém é igual a ninguém. E não há necessidade de ser.

Em *E Seu nome é Jonas*, o personagem principal aparece, já na primeira cena, internado num hospital psiquiátrico. Mostra uma clara confusão entre ser uma pessoa surda – contradições em relação à linguagem e retardamento – e o sintoma da deficiência mental. Jonas, ao voltar para casa, experimenta as mesmas denominações atribuídas ao Ishaan: não aprende, é nervoso, desatento e preguiçoso. O que ocorre com Jonas é um engano entre identidade surda – negada pela família e escola – e sintoma. Contudo, acredito ser significativo explicar que a palavra sintoma, aplicada aqui, não faz referência a acometimentos ou doenças, mas se trata de um termo que indica a presença de algo. O sintoma é sempre o indicativo de alguma presença.

Tratando-se de Jonas, numa das cenas do filme, o menino olha para as páginas de uma história em quadrinhos do *Homem Aranha* e, ao se orientar pela imagem, faz a leitura de que o Super-herói é mau. Nos quadrinhos o herói aparece escalando uma parede e quebrando uma janela. Como Jonas é uma criança surda e se orienta pela imagem, o homem aranha, para ele, é mal. O modo como Jonas lê o mundo é um sintoma, um

indicativo de que é uma criança surda. Em decorrência disso, ao encontrar um boneco do Homem Aranha (brinquedo de seu irmão), Jonas o esconde no forno porque tem medo dele. Jonas tem medo do Homem Aranha porque faz uma leitura puramente imagética das ações do super-herói que, em uma de suas atividades cotidianas, escala paredes e quebra vidros de janelas. “O super-herói é mal”.

O que ocorre é que ambas as personagens estão vulneráveis ao julgamento de seus familiares, à escola e às prescrições médicas – laudo clínico. Frequentemente, há uma clara confusão entre identidade e sintoma e/ou sintoma e identidade que provoca angústia, dor e medicalização da pessoa em função de seus modos de ser. Não há dor, em nível biológico, na pessoa por ela ser surda, tampouco por ela ser disléxica. A angústia e a dor começam quando inúmeras tentativas clínicas entram em ação para adequar as singularidades da pessoa – ser surdo, por exemplo - ao padrão de comportamento definido, clínica e economicamente, como normal.

A normalidade, quase sempre, é uma determinação econômica e não orgânica. Pedagogicamente, cada ser humano, independentemente de sua condição, possui potencialidades a serem desenvolvidas e desdobradas. Nesse sentido, aquilo que chamei de sintoma, anteriormente, faz referência a possíveis respostas da pessoa às imposições externas que atuam sobre a sua personalidade. O nervosismo de Ishaan, Jonas e Francisco é, supostamente, recusa das forças opressoras que atuam sobre seus corpos, sintomas de que sua autonomia diz não às sujeições.

Francisco, por exemplo, em seus caminhos que o levam à anormalidade-normalidade-anormalidade, passa pela tentativa da experimentação clínica de ser diagnosticado, a priori, como pessoa com surdez; passa, após laudo médico, por uma cirurgia de caráter invasivo de implante coclear; passa a ser denominado pela medicina como implantado, é experimentado cotidianamente pela terapia da palavra a se adaptar ao universo cultural do ouvinte e chega à escola bilíngue para surdos, após insucesso terapêutico e orgânico e inadaptabilidade ao implante coclear, para ser alfabetizado por meio da LIBRAS. Tem em seu corpo um aparelho intraorgânico inoperante, possui o laudo de surdez, tem como constituição de seu corpo um aparelho intraorgânico que tinha a intenção de retirá-lo da surdez... e permanece sob a custódia do laudo.

Embora possa parecer desconexa a relação entre ficção e realidade, Ishaan, Jonas e Francisco enfrentam os mesmos problemas: a patologização de seu corpo através de seu modo de ser em função do desconhecimento da família sobre sua realidade cultural e das

divergências na escola. Como informado no prontuário de Francisco, embora o aluno desenvolva a capacidade de se comunicar por meio da Língua Brasileira de Sinais, sua mãe, em função do trabalho, não pode participar de nenhum dos cursos de LIBRAS ofertados pela Secretaria de Educação à comunidade. A criança, embora se desenvolva fazendo uso da sinalização, passa por um processo de redução do estímulo sinalizado, uma vez que esse ocorre somente no cotidiano escolar, por meio do convívio com seus professores e colegas. Seu ciclo social, em nível de comunicação, acaba ficando restrito ao ambiente escolar. Embora na escola a identidade surda seja valorizada, no núcleo familiar as vivências ocorrem por meio de tentativas de oralização acompanhadas pela frustração do insucesso do implante coclear.

No entanto, estão em seu prontuário registros que indicam que Francisco tem um comportamento agressivo, cuja avaliação escolar faz menção a possíveis frustrações e nervosismo. A mãe relatou à escola que, quando ainda menor (Francisco tem 7 anos), o menino se jogava no chão quando contrariado, gritava e batia. O mesmo comportamento foi relatado pelos professores que acompanharam Francisco no início de suas atividades na escola bilíngue. Embora Francisco pareça negar um convívio social pacífico, ele sofre todo o tempo uma violência simbólica, dada a negação da família, ainda que inconsciente, a sua identidade surda.

A questão posta neste artigo não faz referências à identidade de surdo implantado, pessoa com surdez, mas à perda da autonomia em função do laudo que limita e determina para a família e ao próprio Francisco quem ele é. Francisco vive vulnerável às prescrições médicas, ao laudo e àquilo que o discurso determina sobre ele. Em momento algum este texto intenciona esgotar a discussão sobre identidade e diferença e/ou sobre os poderes clínicos e socioantropológicos. Contudo, há uma clara tentativa de provocar a atenção, a criticidade, o cuidado com o uso de alguns termos e sua aplicabilidade, pois esses sustentam fantasmas do passado com os quais é preciso romper para que haja mudanças no modo de se perceber a pessoa surda. Portanto, há de se pensar: Qual a necessidade de submissão a laudos? Não é tempo, tardio, para despatologizar a pessoa surda?

### **Referências:**

Atas do Congresso de Milão – 1880. Série Histórica – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Volume II. Rio de Janeiro, RJ: INES, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

DERRIDA, Jaques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre os surdos-mudos endereçada àqueles que ouvem e falam**. São Paulo, SP: Escala, 2006.

GARCIA, Eduardo de Campos. Implante Coclear: estudos concernentes à biopolítica, ao biopoder e ao biocapital. **Tese** (Doutorado). São Paulo, SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. 640p.

\_\_\_\_\_. **A pessoa surda e a invenção da surdez: de que lado está a escola?** Alemanha/Brasil: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade**. Campinas, SP: Papiros, 2013.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques. **História do Corpo: as mutações do olhar. O século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: Skliar, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

SILVA, Tomas Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNESCO. **Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos**. Brasília, DF: UNESCO, 1997.

*Submetido em dezembro de 2018.*

*Aprovado em maio de 2019.*